

Causas da inclusão social

Diante dos recentes resultados da Pnad, vale a pena uma reflexão sobre as causas da inclusão social observada no Espírito Santo, a qual se destaca da média do país.

Na América Latina e no Brasil, os programas de transferência de renda vêm sendo importante instrumento de travessia da pobreza até a sua emancipação. O Programa Bolsa-Família é o nosso maior exemplo. Sua lógica conceitual consiste em promover um alívio temporário para que as pessoas possam desenvolver suas habilidades e assim acessar melhores oportunidades de trabalho. Isso pode ocorrer por meio da redução do trabalho infantil, da escolarização de crianças e adolescentes, da melhoria da alimentação e da saúde, ou pela qualificação de jovens e adultos. Na medida em que as famílias encontram saídas estruturais da pobreza, as transferências de renda não são mais necessárias.

Por outro lado, a política de aumento do salário mínimo não é eficaz no combate à pobreza. Existem custos que mitigam ou mesmo eliminam os benefícios de sua adoção. O reajuste do salário mínimo acima da produtividade do trabalho sanciona a escalada da inflação, o que reduz o poder de compra, penaliza as famílias mais pobres e aumenta as desigualdades. Contribui para sobrecarregar os orçamentos públicos, pois baliza o piso das folhas de pagamento e da previdência social e, com isso, reduz o espaço fiscal para melhoria e ampliação de programas de saúde, de educação e de assistência social. Sobrecarrega também as microempresas, as maiores geradoras de postos de trabalho, e pode levar à informalidade e ao desemprego.

A bem-sucedida política de controle da inflação, ajudada pela valorização cambial, tem assegurado o poder de compra dos salários e o sucesso dos programas sociais. Nesse contexto favorável, o Espírito Santo se diferenciou da média brasileira nos indicadores sociais por fazer uma opção estratégica de desenvolvimento que privilegia a promoção dos investimentos para crescimento do mercado de

O Espírito Santo se diferenciou da média brasileira nos indicadores sociais por fazer uma opção estratégica de desenvolvimento

trabalho e da formalização, elo de transformação do crescimento econômico em desenvolvimento humano e social. Nos últimos dois anos, explicou 113% da variação real da renda das famílias capixabas, haja vista a queda de 36% da renda proveniente das transferências públicas, como seguro-desemprego, benefícios de prestação continuada e Bolsa-Família. Na média brasileira esse valor manteve-se levemente positivo. A geração de oportunidades vem assegurando a emancipação econômica e social das famílias pobres no Espírito Santo.

As políticas de responsabilidade fiscal, da ética e da gestão profissional no setor público, de investimentos em infra-estrutura e de melhoria do ambiente de negócios constituíram a mola propulsora para atração e expansão dos investimentos produtivos. Estes encadearam todos os efeitos expansionistas sobre o mercado de trabalho local e, conseqüentemente, sobre o consumo das famílias. O crescimento econômico resultante determinou maior arrecadação fiscal, que tem sido canalizada para melhorar a cobertura e a qualidade dos programas sociais, e assim promover a distribuição da renda.

Os resultados denotam a opção por um caminho correto, embora muitos desafios ainda persistam. É uma construção coletiva que refuta pela via democrática os modelos passados. É um patrimônio dos capixabas que hoje repercute pelo Brasil e que deveria ser preservado para as próximas gerações.

■ ■ Ana Paula Vescovi é diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves